
SIGNIFICADOS E AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA:

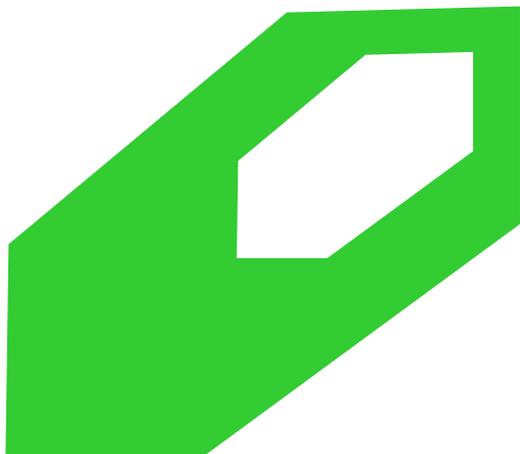
As visões dos cidadãos e da classe política

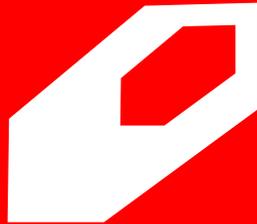
Pedro Magalhães
Marina Costa Lobo
Ekaterina Gorbunova

Boletim

Atitudes Sociais
dos Portugueses

3





SOBRE A METODOLOGIA DOS INQUÉRITOS

O *European Social Survey*, na sua 6ª vaga, inclui um módulo sobre “significado e avaliação da democracia”, concebido por uma equipa liderada por Hanspeter Kriesi (Instituto Universitário Europeu, Florença) e onde participou Pedro Magalhães, do ICS-ULisboa. Temos hoje dados recolhidos junto de amostras representativas das populações com 15 ou mais anos em 23 países (Bélgica, Bulgária, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Islândia, Irlanda, Israel, Kosovo, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Suíça.), totalizando mais de 40.000 inquiridos. O trabalho de campo foi conduzido entre Outubro de 2012 e Fevereiro de 2013 e as entrevistas foram realizadas face-a-face em casa dos inquiridos (taxa de resposta de 76%). Em Portugal, o estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O estudo quantitativo à classe política em Portugal foi realizado no âmbito do Observatório “Barómetro da Qualidade da Democracia” (BDQ) promovido pelo ICS-ULisboa com apoio da Fundação Calouste

Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. O questionário incluiu perguntas do *European Social Survey*, permitindo assim uma comparação entre a classe política e a população em geral. O inquérito foi realizado entre 19 de Agosto e 20 de Outubro de 2013 junto de todos os deputados à Assembleia da República e presidentes de câmara. A recolha de dados foi efetuada via online, telefónica e postal; as diferentes formas de recolha utilizadas foram implementadas em diferentes fases do projeto, com o objetivo de aumentar as respostas ao inquérito. A amostra final não pode ser considerada representativa: 88 respostas válidas de deputados (taxa de resposta de 38%) e 143 de presidentes de câmara (taxa de resposta de 46%). Contudo, no que toca aos deputados, a distribuição por partidos dos inquiridos apresenta-se como relativamente próxima da distribuição real, apenas com a clara subestimação da CDU. Também nas respostas dos presidentes de câmara a distribuição dos respondentes aproxima-se consideravelmente da distribuição real do ponto de vista partidário, apenas com uma ligeira sobrestimação dos eleitos pelo PSD e subestimação dos restantes.

ÍNDICE

1. "DEMOCRACIA": O QUE SIGNIFICA, COMO É AVALIADA	PÁG. 4
1.1 OS PORTUGUESES	PÁG. 5
1.2 OS EUROPEUS	PÁG. 6
1.3 A CLASSE POLÍTICA EM PORTUGAL	PÁG. 7
1.4 OS DETERMINANTES	PÁG. 9
2. RESPONSABILIDADE E INCLUSIVIDADE DO GOVERNO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A CLASSE POLÍTICA E CIDADÃOS EM PORTUGAL	PÁG. 10
2.1 RESPONSABILIDADE	PÁG. 11
2.2 INCLUSIVIDADE	PÁG. 13
2.3 A RELAÇÃO DA RESPONSABILIDADE COM ATTITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA	PÁG. 14
3. CONCLUSÕES	PÁG. 15

1

“DEMOCRACIA”: O QUE SIGNIFICA, COMO É AVALIADA

Uma das questões mais frequentemente colocadas nos grandes projetos comparativos sobre atitudes políticas e sociais em todo o mundo diz respeito ao apoio concedido à Democracia enquanto regime. O diagnóstico é claro: “a democracia tornou-se virtualmente o único modelo político com atratividade global, seja qual for a cultura” (Inglehart and Norris 2003: 70). Ou ainda: “a democracia enraizou-se ou foi pelo menos abraçada por todos os grandes grupos culturais, não apenas pelas sociedades do Ocidente com tradições protestantes (...). As pessoas em todo o mundo dizem que preferem a democracia ao autoritarismo” (Diamond 2013).

De facto assim é, quando olhamos para os resultados destes estudos. Mas quando respondem que preferem a “Democracia”, o que querem os cidadãos dizer com isso? O que significa “Democracia” para eles? A que elementos deste conceito plurifacetado atribuem maior e menor importância? “Democracia” significa eleições e competição política? Direitos e liberdades? Ou justiça social e redistribuição de rendimento? Ou ainda a direta participação dos cidadãos nas decisões políticas através de referendos e outros mecanismos?

Se não soubermos o que significa “Democracia” para os cidadãos, independentemente do que ela possa significar num dicionário ou num manual de Filosofia Política, teremos dificuldade em compreender os aparentes sinais de apoio fundamental ao regime que a investigação existente descreve. E teremos ainda mais dificuldade em compreender a crescente insatisfação com o seu funcionamento, aspecto diferente do apoio ao regime, mas em relação ao qual há também sinais claros. Segundo dados do Eurobarómetro, essa insatisfação atinge hoje em Portugal os níveis mais fortes desde os anos 80, ou seja, desde que existem inquéritos conduzidos regularmente sobre esta matéria. Também os dados do *European Social Survey* (ESS) revelam, desde o seu início em 2002, insatisfação dos portugueses a este respeito. “Insatisfação” com quê? Quais os pontos “críticos” do funcionamento da democracia em Portugal e noutros países? O que nos dizem os dados do módulo sobre “Concepções e avaliações da democracia” do ESS 6 (2012/2013) sobre o significado e avaliação da democracia na Europa hoje em dia?

Uma parte do módulo procurava medir a importância para os inquiridos, numa escala de 0 (nada importante para a democracia em geral) a 10 (extremamente importante para a democracia em geral), de uma série de aspectos, reunidos em quatro grandes grupos conceptuais: *direitos e liberdades* (“tribunais que tratam todos os cidadãos da mesma forma”, “direitos das minorias”, “liberdade e qualidade dos meios de comunicação”); *eleições* (“livres e justas”, “fornecendo alternativas claras”, “discussão política antes das eleições”, “castigo eleitoral a maus governos”, “direitos das oposições”); *controlo popular* (“capacidade de decidir em referendos”, “governos que explicam as suas decisões aos eleitores”); e *justiça social* (“governos que protegem os cidadãos da pobreza” e que “tomam medidas para reduzir desigualdades”). De seguida, era pedido a cada inquirido que avaliasse o desempenho do seu próprio país de cada um destes pontos de vista.

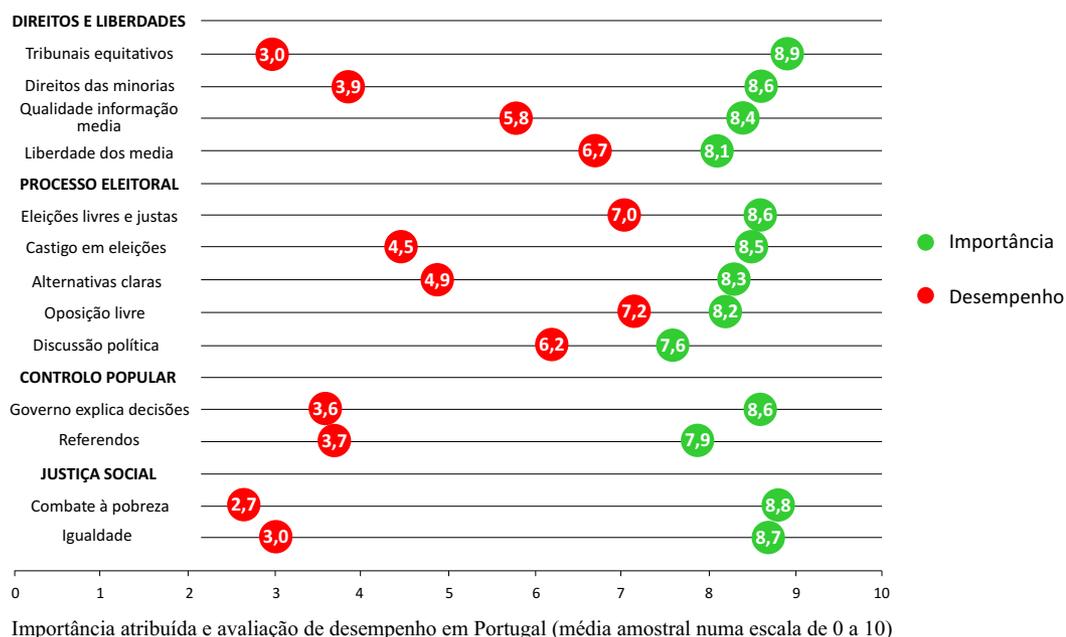
1.1 OS PORTUGUESES

Na Figura 1, podemos ver os valores da média amostral para as respostas a cada pergunta em Portugal, comparando a importância dada a cada um desses aspetos (a verde) com a avaliação do desempenho da democracia portuguesa (a vermelho). Os resultados mostram que nem todas estas dimensões são vistas como tendo a mesma importância. Em particular, as dimensões ligadas ao tratamento equitativo dos cidadãos pelos tribunais, ao combate à pobreza e à promoção da igualdade são vistas pelos portugueses como sendo ainda mais importantes para a “Democracia” que outros aspetos mais “convencionais”, tais como a noção de “eleições livres e justas”. Por outras palavras, os portugueses não têm uma visão estritamente “procedimental” da Democracia. Pelo contrário, para além de valorizarem fortemente alguns desses elementos procedimentais (eleições, direitos), eles valorizam também elementos “substantivos”, sejam os ligados a políticas públicas concretas (nomeadamente as que promovem maior redistribuição de rendimentos) sejam os ligados a atuações e resultados concretos do funcionamento do sistema político (governos que “explicam” as suas decisões aos cidadãos e eleições que servem para “castigar maus governos”).

Quando olhamos para avaliação de desempenho, a vermelho, desde logo constatamos os aspetos em relação aos quais existe a perceção de grandes “défices democráticos”, ou seja, domínios onde a avaliação da democracia portuguesa é muito inferior à importância que os portugueses atribuem a esse mesmo domínio. Não é o caso, por exemplo, no que toca à liberdade dos meios de comunicação social, ao funcionamento regular das eleições, ao estatuto das oposições ou à existência de discussão política prévia às eleições. Em contraste, os maiores défices apercebidos situam-se no domínio do funcionamento dos tribunais, na capacidade dos governos assegurarem justiça social e num sentimento de falta de controlo popular do poder político (governos que não explicam as suas decisões aos eleitores e insuficientes mecanismos de democracia direta).

Figura 1

CIDADÃOS: DIMENSÕES DA DEMOCRACIA (ESS6, 2012/13)



1.2 OS EUROPEUS

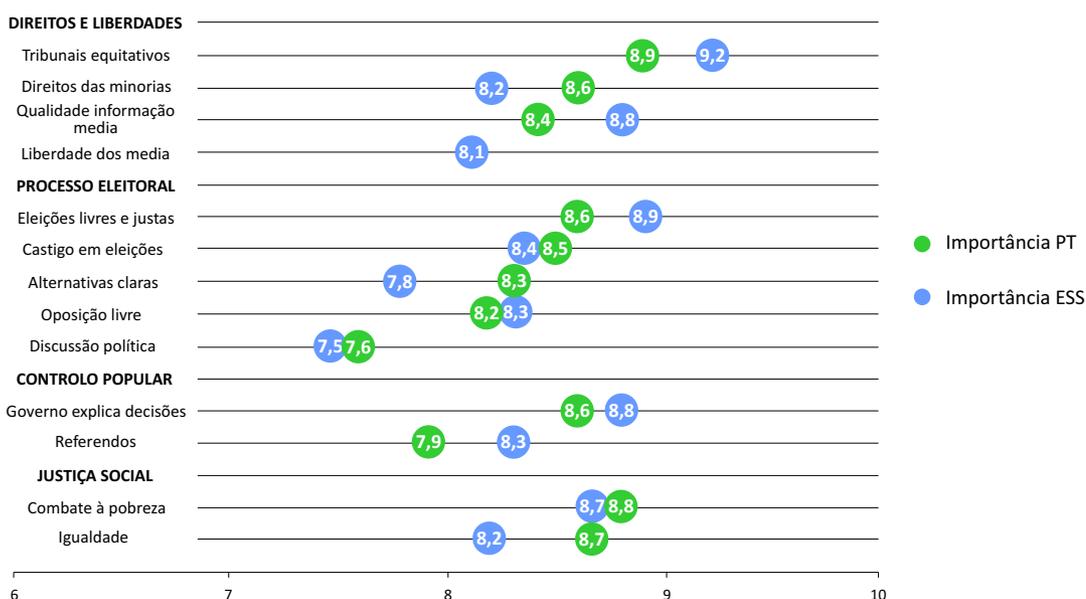
É possível confrontar estes resultados com os obtidos para o conjunto dos países incluídos até ao momento no ESS. Na Figura 2, podemos ver os resultados para Portugal e para a média europeia (ponderada por população) no que respeita à importância dada a diferentes aspetos da democracia. Os resultados sugerem que as conações de democracia prevalentes em Portugal não se desviam significativamente da média europeia.

Esta comparação, contudo, pode ser algo enganadora, não dando a medida correta das reais variações entre países, escondidas por detrás de uma simples média ponderada. A Figura 3 mostra um gráfico onde se combina, para cada país, o índice de Gini, após impostos e transferências sociais, medindo desigualdade de rendimentos, e a importância atribuída à “justiça social” na democracia (medindo neste caso o valor médio atribuído a “combate à pobreza” e “igualdade de rendimentos” e transformando esse resultado numa escala de 0 a 1).

É fácil de verificar que existe uma relação relevante entre a desigualdade de rendimentos, por um lado, e a importância que em cada país se atribui à justiça social como elemento da democracia, por outro: quanto maior a desigualdade, maior tende a ser a importância atribuída à justiça social. Este resultado não surpreende, estando alinhado com outros estudos que mostram como, em contextos de maior enviesamento da distribuição de rendimentos, as preferências do eleitor mediano se deslocam no sentido de exigir maior redistribuição.

Figura 2

PORTUGUESES E EUROPEUS: DIMENSÕES DA DEMOCRACIA (ESS6, 2012/13)



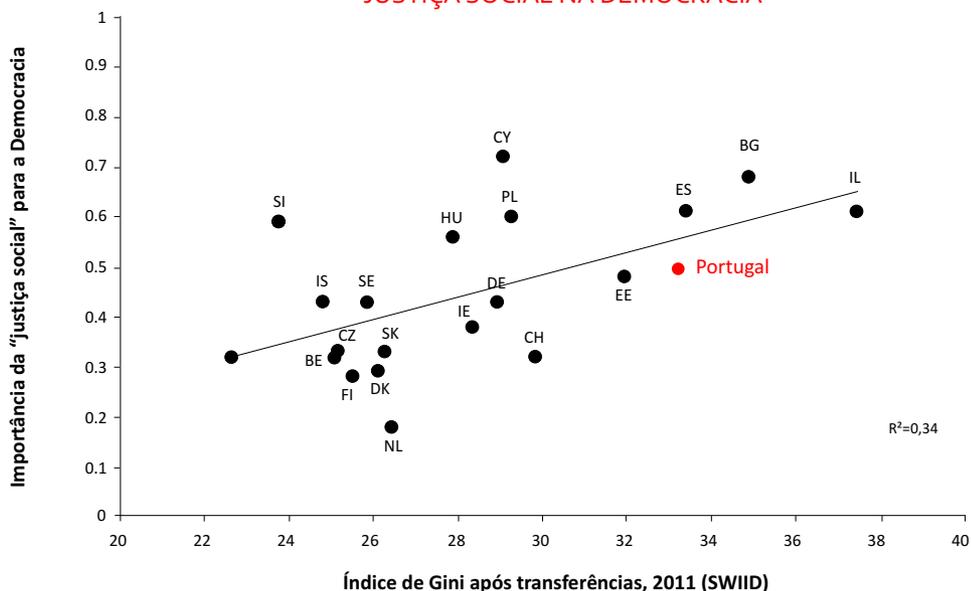
Importância atribuída (média amostral numa escala de 0 a 10)

Nota: a escala apresentada no gráfico foi modificada para facilitar a leitura.

Se as concepções que os portugueses têm sobre democracia não se afastam especialmente da média europeia, o mesmo não sucede com as avaliações de desempenho, como vemos na Figura 4 (ver página seguinte). Com quatro exceções – qualidade da informação dos meios de comunicação social, eleições livres e justas, liberdades das oposições e dos media – as avaliações médias dos portugueses estão, em todos os outros domínios, abaixo das detetadas em média nos países incluídos no ESS. É nos domínios do funcionamento dos tribunais, dos direitos das minorias e do combate à pobreza que a avaliação que os portugueses fazem do funcionamento da sua democracia mais se afasta daquela que é feita, em média, no resto dos países europeus incluídos no ESS.

Figura 3

DESIGUALDADE ECONÓMICA E IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA SOCIAL NA DEMOCRACIA

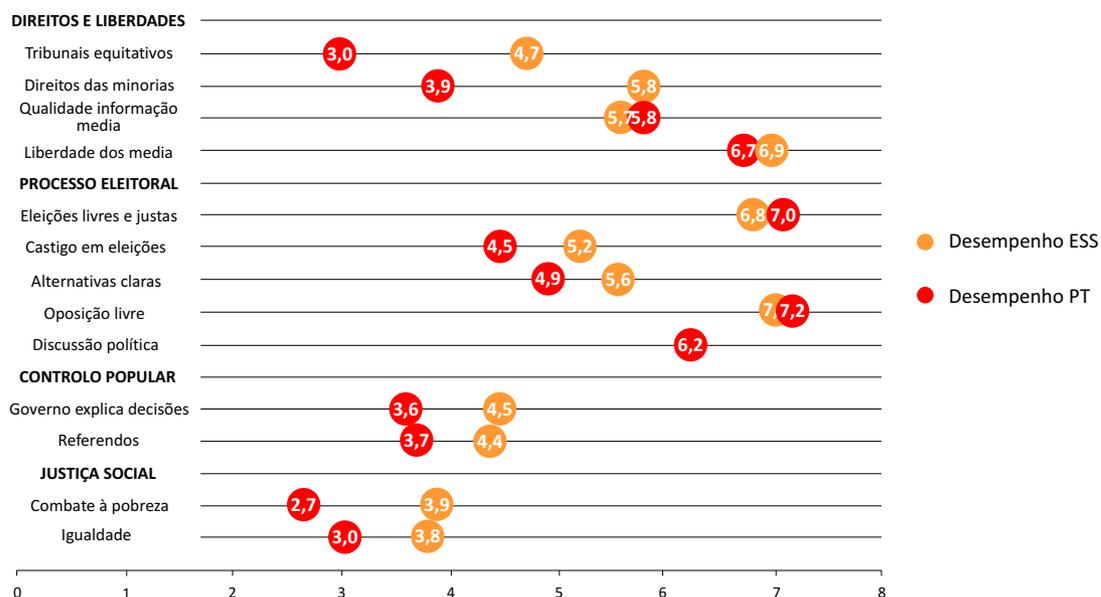


1.3 A CLASSE POLÍTICA EM PORTUGAL

Os resultados não se afastam significativamente dos obtidos para a população em geral, como se verifica na figura 5 (ver página seguinte). Também para deputados e autarcas, “Democracia” não se resume a eleições livres: a igualdade perante a lei e o combate à pobreza aparecem como dimensões de importância igualmente elevada, e é também aqui (assim como na negligência dos governos em comunicarem com os cidadãos) que se verificam os maiores défices democráticos. Se há um aspeto que singulariza a classe política deste ponto de vista ele tem a ver com a qualidade da informação nos meios de comunicação, afinal o principal intermediário entre os políticos e os cidadãos: a importância que a classe política atribui a este aspeto é particularmente elevada, e a avaliação que faz é particularmente negativa.

Figura 4

PORTUGUESES E EUROPEUS:
 AVALIAÇÕES DA DEMOCRACIA (ESS6, 2012/13)

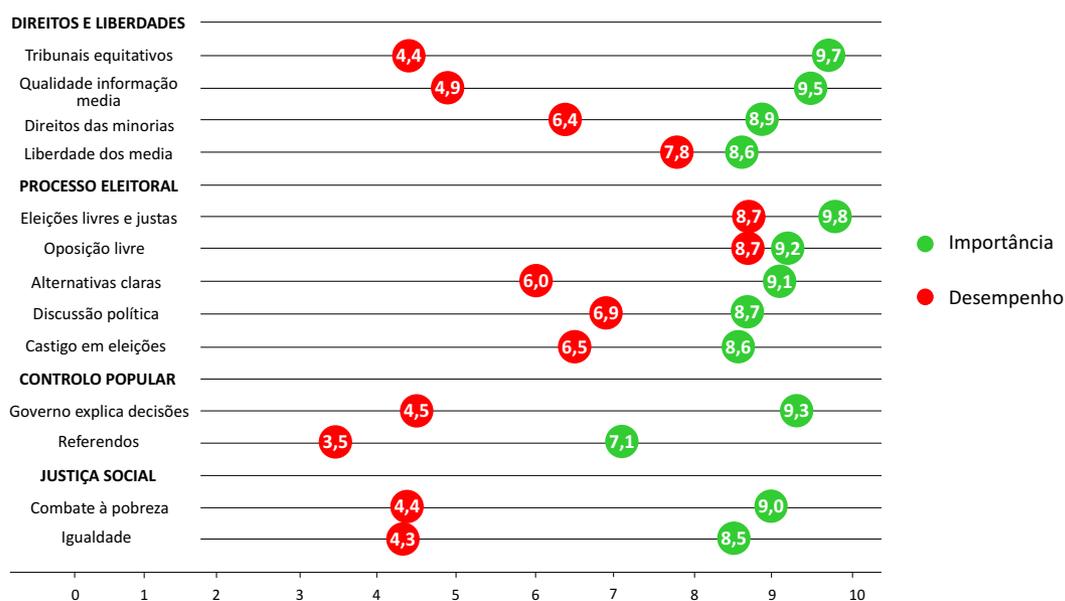


Avaliação de desempenho (média amostral numa escala de 0 a 10)

Nota: a escala apresentada no gráfico foi modificada para facilitar a leitura.

Figura 5

CLASSE POLÍTICA:
 DIMENSÕES DA DEMOCRACIA (BOD, 2013)



Importância atribuída e avaliação de desempenho em Portugal (média amostral numa escala de 0 a 10)

Nota: a escala apresentada no gráfico foi modificada para facilitar a leitura.

1.4 OS DETERMINANTES

O que explica as diferentes concepções que os europeus têm sobre o que é a democracia? Não cabe neste suporte uma análise detalhada dos factores explicativos da importância atribuída a diferentes aspetos da democracia, mas é apesar de tudo possível apresentar de forma relativamente simples alguns resultados de análises multivariadas. O quadro 1 mostra em que medida diferentes factores influenciam, nas democracias europeias incluídas no ESS, a importância dada a três aceções de Democracia, aceções essas que análises preliminares mostram constituírem dimensões latentes: *Democracia Liberal* (direitos e liberdades + processo eleitoral); *Controlo Popular*; e *Justiça Social*. Os sinais (+ ou -) mostram a direção da relação entre as variáveis, ao passo que o número de sinais mostra a força relativa dessa relação no âmbito do modelo de regressão utilizado. Quando a relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa com $p < 0,05$, assinala-se n.s.¹

Quadro 1 FATORES DETERMINANTES DE DIFERENTES CONCEÇÕES DA DEMOCRACIA

	Democracia Liberal	Controlo Popular	Justiça Social
Género (feminino)	-	n.s.	+
Anos de instrução	+	n.s.	+
Instrução relativa a coorte	+	-	-
Quintil de rendimento	+	-	--
Religiosidade	-	-	n.s.
Ideologia (direita)	-	-	--

Os resultados revelam, desde logo, a importância do status económico e social: indivíduos com maiores níveis de rendimento em relação aos seus concidadãos e com maiores níveis de instrução em relação à sua coorte em cada país² tendem a ter um conceito de democracia mais baseado em aceções liberais (direitos e eleições) e desvalorizando as aceções ligadas à justiça social ou ao controlo popular através de referendos. Por outro lado, as mulheres tendem a valorizar menos a aceção “liberal” da democracia e a enfatizar mais a aceção “social” em comparação com os homens. Mais instrução em termos absolutos, não relativos implica maior valorização de ambas. Finalmente, quanto mais à direita, em termos ideológicos, se posicionam os indivíduos, menos valorizam qualquer uma das aceções de democracia.

¹ Os modelos usados são modelos de regressão multinível com constantes aleatórias e declives fixos. Algumas variáveis de controlo estão omitidas do quadro.

² Definida em grandes intervalos: 25-39; 40-54; 55-69; 70 e mais.

2

RESPONSIVIDADE E INCLUSIVIDADE DO GOVERNO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A CLASSE POLÍTICA E CIDADÃOS EM PORTUGAL

Tanto a responsividade como a inclusividade são elementos centrais para compreender a qualidade da governação. Ambos são temas multidimensionais que procuram aferir a forma como o funcionamento e natureza dos governos correspondem às preferências dos cidadãos. Nestes dois inquéritos procurou-se medir responsividade através da preferência pela necessidade de haver mudança das políticas governativas para se adequar à vontade da maioria. No caso da inclusividade, trata-se de saber qual o valor dado a um governo que inclui vários partidos, sendo por isso mais representativo da sociedade. Neste sentido, quer para responsividade quer para inclusividade, foi inicialmente pedido aos inquiridos para escolherem, entre duas frases, aquela que traduz o que consideram ser melhor para a democracia em geral (ver Figura 6). Posteriormente, a frase escolhida foi avaliada relativamente à sua importância (numa perspetiva ideal, do que é considerado melhor para a democracia) e frequência (numa perspetiva realista, do que pensa que ocorre em Portugal) segundo os cidadãos e a classe política (autarcas e deputados). Iremos também mencionar os casos em que os autarcas e os deputados se distingam nas avaliações que fazem em relação à responsividade e inclusividade.

Figura 6

INDICADOR DE PREFERÊNCIA POR MAIOR OU MENOR GRAU DE RESPONSABILIDADE E INCLUSIVIDADE



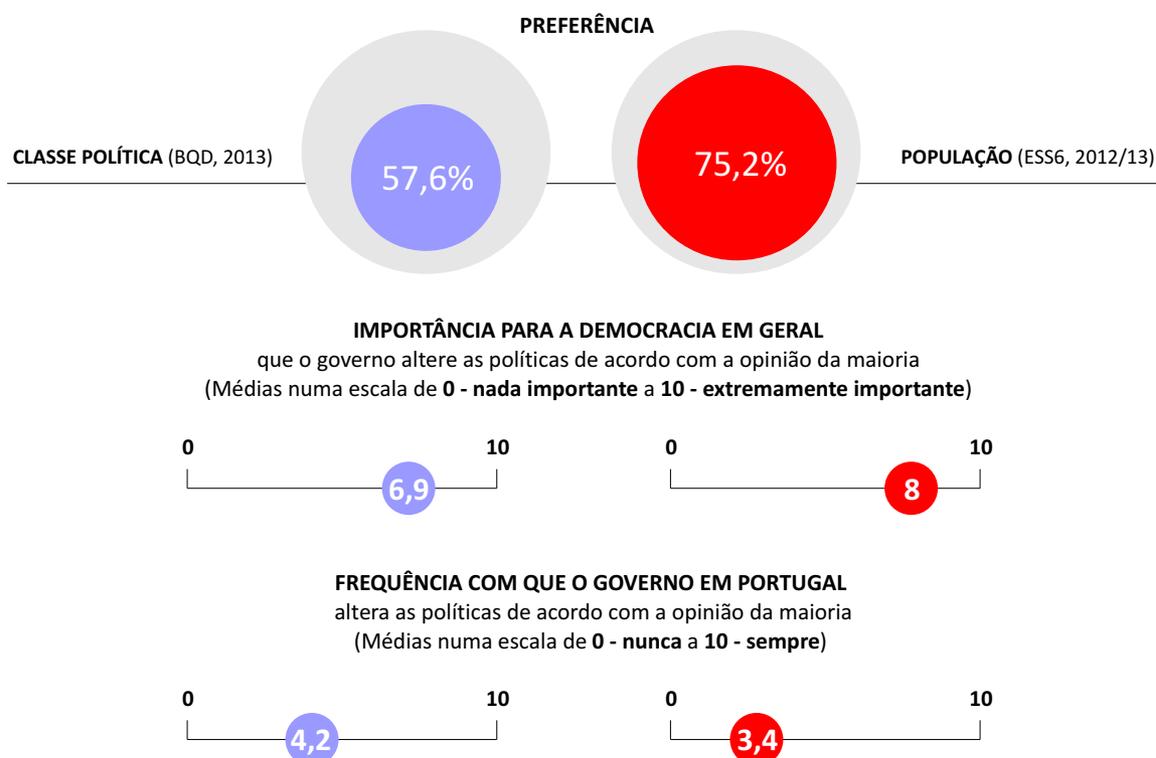
É melhor para a democracia em geral:

- A** O governo deve alterar as políticas que planeou para responder ao que a maioria das pessoas pensa
- B** O governo deve manter inalteradas as políticas que planeou, independentemente do que a maioria das pessoas pensa
- A** O governo ser formado por um só partido
- B** O governo ser formado por dois ou mais partidos em coligação

2.1 RESPONSABILIDADE

No caso da Figura 7, podemos observar que a maioria da classe política e dos cidadãos portugueses consideram que o governo deve alterar as políticas planeadas de acordo com a vontade da maioria, sendo que o consenso é maior entre cidadãos (75,2%) do que entre deputados e autarcas (57,6%). Para cada um destes grupos distingue-se entre a importância para a democracia em geral que o governo exerça essa aproximação à vontade da maioria, e a frequência com que os políticos portugueses o fazem. Nestas duas perguntas, o inquirido deve posicionar-se numa escala de 0 a 10 em que 0 significa que essa afirmação é “nada importante” e 10 que é “extremamente importante” no caso da importância para a democracia em geral e “nunca” e “sempre” no caso da frequência com que tal ocorre em Portugal. Tanto os cidadãos como a classe política apresentam valores acima do ponto médio da escala quando se trata da importância para a democracia em geral que o governo altere as suas políticas de acordo com a opinião da maioria. No que diz respeito à frequência com que esse fenómeno ocorre em Portugal, tanto classe política como cidadãos apresentam valores abaixo da média da escala. Além disso, os cidadãos consideram mais importante que o governo altere as suas políticas e são menos benevolentes no que se refere à frequência com que consideram que o governo em Portugal altera de facto as políticas de acordo com a maioria.

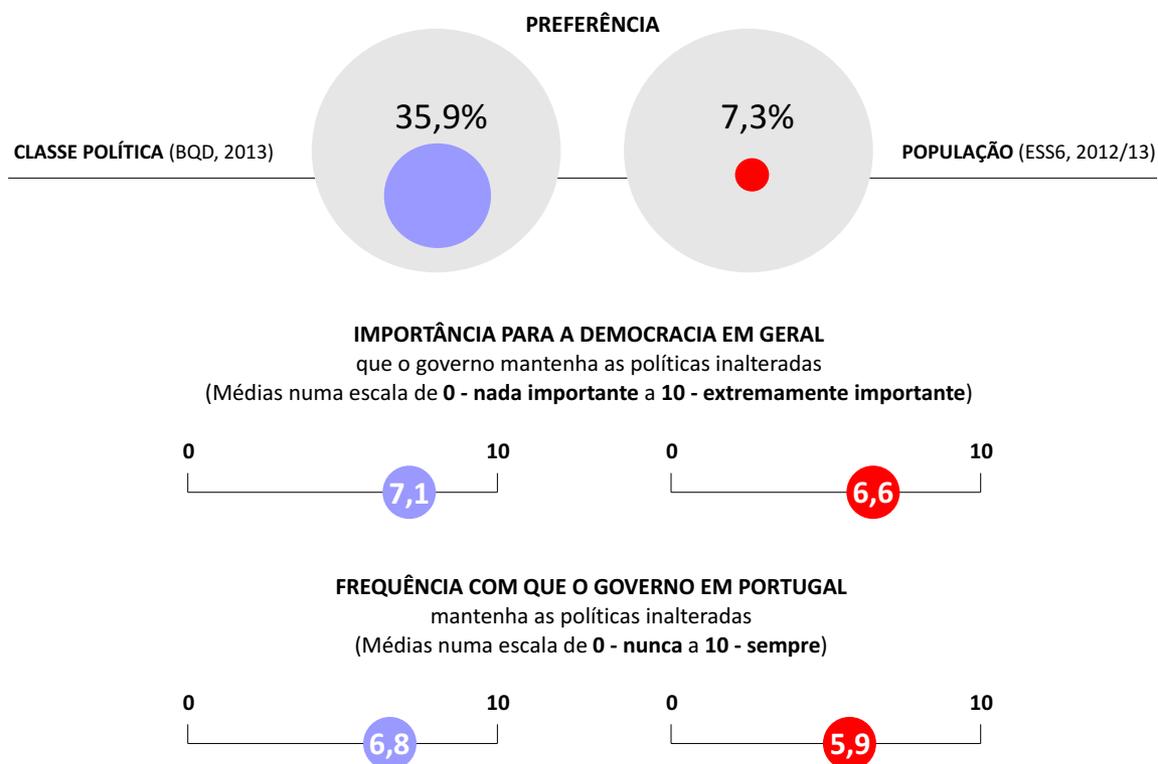
Figura 7 **O GOVERNO DEVE ALTERAR AS POLÍTICAS QUE PLANEOU**



Na Figura 8 constata-se que apenas uma pequena minoria de cidadãos (7,3%) está de acordo que o governo prossiga com políticas com que a maioria da população discorda, enquanto 35,9% da classe política está disposta a aceitar tal comportamento por parte dos governantes. Ao contrário da Figura anterior, não há grandes diferenças entre o que se considera ideal para a democracia em geral e o que ocorre em Portugal, tanto para a classe política como para os cidadãos. A maioria daqueles que selecionaram a frase tende a considerar que os governos em Portugal mantêm o rumo e que isso é importante para a democracia em geral. Considerando pois os dois gráficos, observa-se uma clara diferença entre classe política e cidadãos: os primeiros estão menos convencidos da importância de o governo alterar as políticas consoante a vontade da maioria e valorizam mais do que os cidadãos a capacidade do governo em manter o rumo.

Entre a classe política, há também diferenças significativas na questão da responsividade: a grande maioria dos autarcas (68,5%) considera que as políticas governativas devem ser alteradas consoante a vontade da maioria, enquanto apenas 39,8% dos deputados concorda com essa afirmação. No seguimento dessa diferença, os Presidentes de Câmara tendem a considerar que esse facto é mais importante para a democracia em geral e menos frequente em Portugal do que os deputados.

Figura 8 **O GOVERNO DEVE MANTER INALTERADAS AS POLÍTICAS QUE PLANEOU**



2.2 INCLUSIVIDADE

Qual deve ser a composição partidária dos governos? Na resposta a esta pergunta verificamos que a maioria da classe política prefere governos monopartidários, ao contrário do que acontece entre cidadãos (Figura 9). Entre deputados e autarcas, é atribuída uma importância acima da média à existência de um governo de um só partido para a democracia em geral, e a classe política considera que isso ocorre com relativa frequência em Portugal. Assim, contrastando com o que se passa na dimensão anterior, verificamos que na opinião da maior parte da classe política, a existência de governos monopartidários é vista como uma componente importante para a qualidade da democracia em Portugal.

Entre cidadãos, há maior ambivalência em relação a este tema. Praticamente a mesma percentagem está a favor de governos monopartidários e de coligação, sendo que uma parte significativa da amostra não respondeu à pergunta (Figuras 9 e 10). Além disso, não há praticamente diferenças entre os cidadãos na importância atribuída aos governos de um só partido ou de coligação, ou na frequência com que cada um destes tipos de governo ocorre em Portugal.

No que diz respeito à questão da inclusividade não há diferenças significativas em termos de preferências por governos monopartidários e de coligação, entre Presidentes de Câmara e Deputados.

Figura 9 **O GOVERNO DEVE SER FORMADO POR UM SÓ PARTIDO**

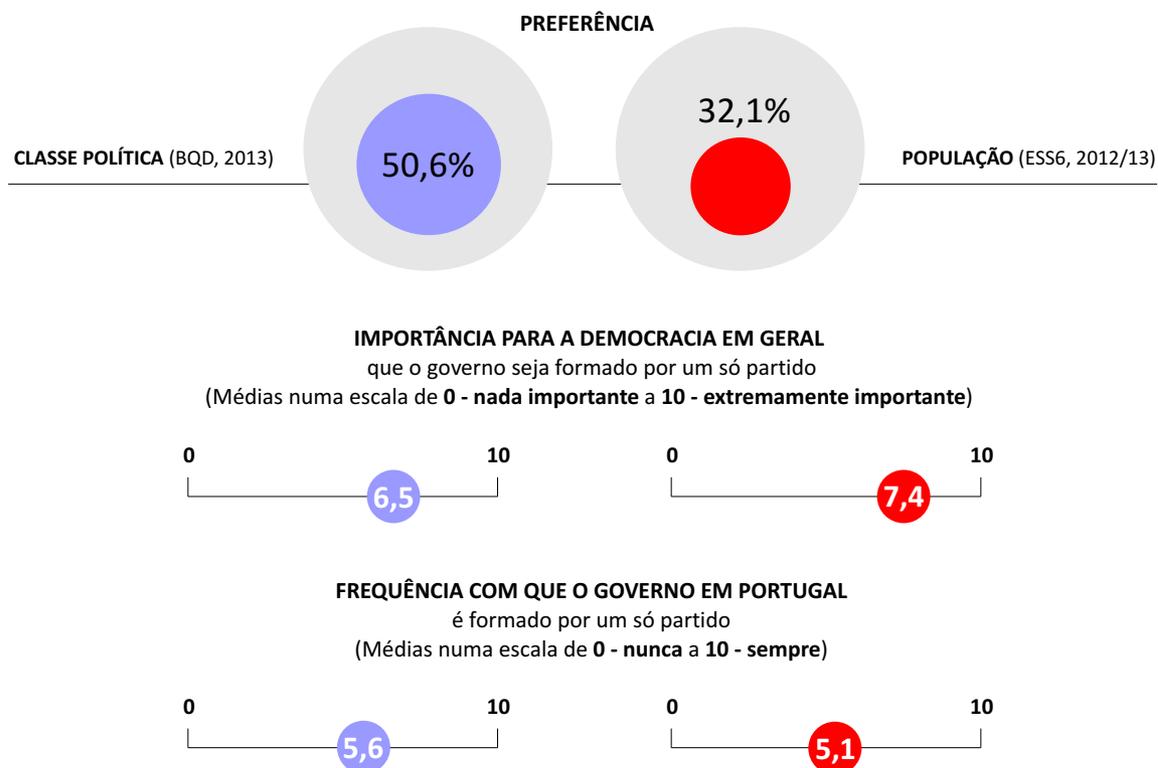
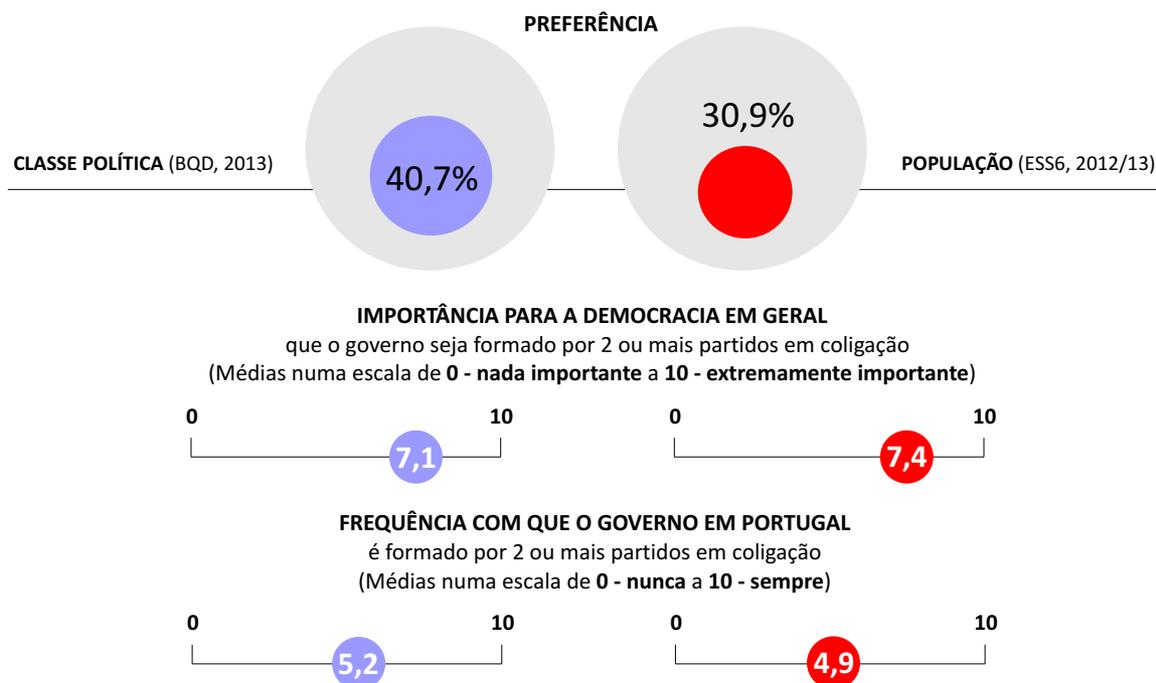


Figura 10 **O GOVERNO DEVE SER FORMADO POR DOIS OU MAIS PARTIDOS EM COLIGAÇÃO**



2.3 A RELAÇÃO DA RESPONSABILIDADE COM ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA

De seguida, analisamos de forma breve o modo como a responsividade está correlacionada com outras atitudes em relação à Democracia, tanto na sua dimensão ideal como na dimensão real, tal qual ela é percebida tanto pela classe política como pelos cidadãos (Quadro 2). Aqueles que defendem que o governo deve alterar as políticas que planeou para responder àquilo que a maioria pensa também consideram que em democracia é importante que o governo proteja os cidadãos da pobreza, e que se tome medidas para reduzir as diferenças no rendimento. Ao invés, esses mesmos cidadãos tendem a pensar que tal não ocorre em Portugal. Esta associação entre variáveis atitudinais ocorre tanto a nível dos cidadãos como da classe política, mas atinge valores mais significativos entre esta última. De assinalar que existe também uma correlação positiva (tanto a nível dos cidadãos como da classe política) entre aqueles que consideram que a situação económica actual no país é negativa e que o governo deve alterar as políticas que planeou para responder àquilo que a maioria das pessoas pensa.

Quadro 2

ATITUDES EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA ³	O governo deve alterar as políticas que planeou para responder àquilo que a maioria das pessoas pensa	
	Classe Política (BQD, 2013)	População (ESS6, 2012/13)
A - "É importante para a democracia em geral que o governo proteja os cidadãos da pobreza"	0,25**	0,22**
B - "É importante para a democracia em geral que o governo tome medidas para reduzir as diferenças no rendimento"	0,30**	0,19**
C - "O governo em Portugal protege todos os cidadãos da pobreza"	-0,35**	-0,18**
D - "O governo em Portugal toma medidas para reduzir as diferenças no rendimento"	-0,28**	-0,07**
E - Satisfação com o estado da Economia	-0,28**	-0,15**

**p<0,01; coeficientes de correlação de Pearson

³A e B (0-nada importante para a democracia em geral a 10-extremamente importante para a democracia em geral); C e D (0-não se aplica nada a 10-aplica-se totalmente); E (0-extremamente insatisfeito a 10-extremamente satisfeito)

3

CONCLUSÕES

Os portugueses têm uma concepção de democracia que vai bastante para além de "eleições livres e justas". Apesar deste aspecto ser também central, o conceito de "democracia" para os portugueses incorpora outros aspectos que vão para além da competição eleitoral. Por um lado, a igualdade perante a lei e um funcionamento dos sistema político que permita castigar maus governos e obrigar estes últimos a informarem os cidadãos. Por outro lado, é também uma concepção que valoriza a justiça social, a atingir através de políticas concretas que reduzam a desigualdade e combatam a pobreza. Os portugueses não estão sozinhos deste ponto de vista, mesmo entre as democracias avançadas do continente europeu. Contudo, os dados sugerem que a valorização da justiça social como elemento indissociável do conceito de "democracia" parece ser especialmente intensa nos países com maiores desigualdades de rendimentos, dos quais Portugal claramente faz parte. A esta luz, o declínio da satisfação com o funcionamento da democracia a que se assiste em Portugal torna-se compreensível, especialmente tendo em conta como a degradação das condições sociais e económicas nos últimos anos.

Relativamente à questão da responsividade e inclusividade da governação foram contrastados dados recolhidos entre classe política e cidadãos portugueses. Estas comparações servem para

iluminar divergências que podem ser causa e consequência de algum distanciamento entre eleitores e eleitos. Verificámos que existe uma diferença significativa entre classe política e cidadãos quanto à importância de o governo alterar as políticas consoante a vontade da maioria sendo que a classe política valoriza mais do que os cidadãos a capacidade do governo em manter o rumo. No que concerne a inclusividade, também há diferenças significativas entre estes grupos: na opinião da maior parte da classe política, a existência da governos monopartidários é vista como uma componente importante para a democracia enquanto tal. Já quanto aos correlatos da responsividade, mostrámos como está associada – tanto pelos cidadãos como pela classe política – à defesa de valores de diminuição da pobreza e de diminuição de desigualdades nos rendimentos. Além disso, a responsividade correlaciona de forma negativa e significativa com a satisfação com o estado actual da economia em Portugal. Estes dados deverão ser lidos tendo em consideração que no actual contexto político o governo nacional está menos disponível para alterar as suas políticas, tendo em conta o condicionamento externo a que tem estado sujeito no âmbito do programa de ajustamento económico.

PARA SABER MAIS

Diamond, L., and Morlino, L. (2005). *Assessing the Quality of Democracy*, Cambridge: Cambridge University Press.

Diamond, L. (2013). Why Wait for Democracy? *The Wilson Quarterly*, Winter 2013.

Inglehart, R., and Norris, P. (2003). The true clash of civilizations. *Foreign Policy* 135, pp. 63–70.

Pinto, A. C., Magalhães, P. C., And de Sousa, L. (2012). Is the Good Polity Attainable? Measuring the Quality of Democracy. *European Political Science*, 11(4), 447–455.

Pinto, A.C., Magalhães, P. C., e de Sousa, L. (org.) (2013). *A Qualidade da Democracia em Portugal: A visão dos cidadãos*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

O European Social Survey em Portugal

O European Social Survey (ESS-ERIC) é uma infraestrutura europeia de conhecimento, constituída recentemente numa European Research Infrastructure Consortium, sendo Portugal um dos seus membros fundadores. Esta infraestrutura tem por objetivo estudar as atitudes e valores sociais e políticos dos europeus numa perspetiva comparativa e longitudinal.

Este projeto surgiu da conjugação de esforços de diversos organismos comunitários e nacionais, nomeadamente a Comissão Europeia. No caso de Portugal, o projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), atualmente no âmbito da *Infraestrutura das Atitudes Sociais e Políticas dos Portugueses* (IASPP), com o propósito de constituir uma fonte de informação baseada em procedimentos metodológicos rigorosos. Portugal participa no European Social Survey desde o seu início em 2002. O acesso a bases de dados, questionários e documentação adicional é livre e pode ser feito em www.ess.ics.ul.pt.

Comissão Executiva

Jorge Vala (Coordenador Nacional, ICS-UL); Anália Torres (ISCSP-UL); Alice Ramos (ICS-UL)

Conselho Consultivo

Instituto de Sociologia-Universidade do Porto; Centro de Estudos em Sociologia (CES/Universidade de Coimbra); Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/ISCTE-IUL); Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES/ISCTE-IUL); Centro de Estudos sobre Mudança Socioeconómica (Dinâmia/ISCTE-IUL); Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS/ISEG-ULisboa).

Publicações mais recentes ASP

Livros (Imprensa de Ciências Sociais)



Boletins / Destaques

Consórcio IASPP

Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL); Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES/ISCTE-IUL); Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UL)